

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Petição n.º 50/XIV/1.ª

ASSUNTO: Impedir a alienação a consórcio estrangeiro de seis barragens da bacia hidrográfica do Douro

Entrada na AR: 02 de março de 2020

Nº de assinaturas: 1

1º Peticionário: SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia

Relator: Pedro Coimbra (PS) - Vice-Presidente
Aprovada em: 21.04.2020

Introdução

A presente petição deu entrada na Assembleia da República em 02 de março de 2020, tendo baixado à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, de acordo com o despacho do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República de turno, em 18 de março de 2020.

I. A petição

1. O peticionário vem, pela presente petição, requerer a não alienação a estrangeiros, designadamente a um consórcio francês liderado pela multinacional ENGIE Global Solutions, as barragens de Miranda, Bemposta, Picote, Foz Tua, Baixo Sabor e Feiticeiro, por 2,2 mil milhões de euros, ativos que considera com importância estratégica nacional.
2. No texto da petição o peticionário aborda os motivos para a sua pretensão, designadamente, o aproveitamento hidroelétrico implementado na zona do Nordeste Transmontano potenciou o desenvolvimento económico e social, criou melhores condições de vida e foi realizado através de investimentos por parte de empresas nacionais sólidas respeitando os valores culturais locais.
3. Destaca o autor que a alienação dos referidos ativos torna o país mais vulnerável em domínios tão importantes como os da gestão da água e da energia.

II. Análise da petição

1. Cumprimento dos requisitos formais.

A petição foi endereçada ao Presidente da Assembleia da República, o objeto da petição encontra-se devidamente especificado, sendo o texto inteligível, bem como o 1º signatário está identificado, estando presentes os requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9.º e 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto - Exercício do Direito de Petição -, na redação dada pelas Leis n.os 6/93, de 1 de março, 15/2003, de 4 de junho, 45/2007, de 24 de agosto, e 51/2017, de 13 de julho.

2. Antecedentes (incluindo petições anteriores ou pendentes conexas).

Efetuada a análise às bases de dados verificou-se não existirem petições pendentes ou concluídas sobre matéria idêntica ou conexas.

3. Iniciativas pendentes.

Efetuada a análise às bases de dados verificou-se não existirem iniciativas pendentes ou concluídas sobre matéria idêntica ou conexas.

4. Proposta de admissão/indeferimento.

Propõe-se a **admissão** da petição.

III. Tramitação subsequente

1. A presente petição é assinada por 1 peticionário, não cumprindo os requisitos legais para a audição obrigatória dos peticionários (artigo 21.º da Lei do Exercício do Direito de Petição), para publicação em DAR (artigo 26.º da mesma lei) nem para apreciação no Plenário (artigo 24.º da mesma lei).
2. Tendo em atenção o teor da petição, propõe-se que não seja nomeado Deputado relator, sendo concedido mandato ao Presidente da Comissão para realização das diligências procedimentais que se revelarem pertinentes.
3. Após o exame da petição e aprovado o relatório final, poderá, nos termos da alínea d) no n.º 1 do artigo 19.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, ser dado conhecimento ao membro do Governo competente, para as medidas que entender pertinentes, bem como aos grupos parlamentares.
4. Nos termos legais, a petição deve ser apreciada no prazo de 60 dias a contar da sua admissão, descontados os períodos de suspensão do funcionamento da Assembleia da República.

IV. Conclusão

1. Proposta de admissão/Indeferimento

Propõe-se a admissão da petição.

2. Formalidades subsequentes

Conhecimento ao Governo e aos grupos parlamentares para, querendo, tomarem as medidas que entenderem pertinentes.

Palácio de S. Bento, 17 de abril de 2020

O assessor da Comissão



(Luís Marques)